

Demanda de supervisão – o analista e a instituição¹

Ana Lucila B. B. de Araújo e Nádima O. Carvalho da Silva²

Resumo

Este trabalho se propõe a trazer contribuições de diversos autores psicanalíticos, a partir de Sigmund Freud, sobre a técnica e/ou a prática da supervisão na formação do analista. Levanta algumas questões, se esta demanda é dele ou da instituição psicanalítica. Situa a supervisão num lugar privilegiado, de uma escuta da dor, ao lado do estudo do texto freudiano, da prática da psicanálise e, principalmente, da própria análise.

“Dentro de poucos dias, vou enviar-lhe diversas páginas de matéria prima, um rápido esboço de uma análise em que é possível enxergar as próprias raízes da neurose.”

(Carta de Freud a Fliess em 25/04/1894, p. 69)

O nosso trabalho é fruto de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, tendo como ponto de partida os fundamentos encontrados na obra de Sigmund Freud sobre a supervisão e acrescida de contribuições de diversos autores pós- freudianos.

Um dos mais importantes documentos da psicanálise são as cartas de Freud a seu amigo Wilhelm Fliess, datadas do período de 1887 a 1904. Dessa amizade surgiu a troca de idéias, tanto das atividades do dia-a-dia, quanto das atividades intelectuais e dos casos clínicos: nome e horário da consulta, tudo era revelado a Fliess em papéis timbrados durante os dezessete anos que abrangem do nascimento ao desenvolvimento da psicanálise.

As cartas de Freud a Fliess não trazem no seu conteúdo o talento literário do qual ele era possuidor, pois estas eram informais, na maioria das vezes escritas em meio ao cansaço do seu dia de trabalho. Nenhum outro texto ele escreveu com tal sinceridade, de maneira tão direta e profunda sobre as suas idéias mais íntimas, deixando a marca do seu trajeto clínico e de suas experiências.

Em 1902, alguns jovens médicos reuniam-se com Freud com a intenção de aprender, praticar e difundir os conhecimentos

da Psicanálise. Essas trocas de idéias eram realizadas regularmente às quartas-feiras em seu consultório, onde os colegas psicanalistas vinham falar dos casos clínicos e receber orientação do mestre, marcando o início do que seria vivenciado mais tarde dentro da instituição psicanalítica.

Em 1906, Freud teve a oportunidade de acompanhar um caso clínico: O pequeno Hans – Análise de uma fobia de um menino de cinco anos. Tratava-se de um caso que não provinha das observações de Freud, mas descrito pelo próprio pai da criança, através de correspondências.

Freud vinha encorajando seus alunos e amigos a reunirem observações sobre a sexualidade infantil e entre esses relatos, o do pequeno Hans chegava em intervalos regulares. “Meu caro professor: estou lhe enviando mais algumas notícias a respeito de Hans, desta vez se trata de um material para um caso clínico” (trecho da carta do caso Hans, 1909, p.15). Ao receber as correspondências, Freud respondia, dando-lhe orientações de como deveria o pai interpretar os medos e a angústia de Hans. Esta era uma forma de Freud fazer uma escuta além dos relatos, e assim, propiciar ao pai de Hans, momentos de supervisão.

Todos os trabalhos que constituem a psicanálise, tais como o estudo do texto freudiano, a própria análise, a prática da psicanálise e a supervisão têm características importantes, porém “nenhum deles dá conta de tudo” (Borges, 1989, p.30), porque todos trazem em si a marca do inacabamento. Não por acaso, Freud

¹ Trabalho apresentado na II Jornada Interna do GPAL em dezembro/2002.

² Psicólogas e Psicanalistas do GPAL.

dizia a certa altura da história da psicanálise “que não basta ter sido analisado para tornar-se analista” (em Mannoni, 1986, p.56)

Dentre os impecilhos em discorrer sobre a supervisão, estão as várias formas de nomeá-la, as dificuldades colocadas por esta prática e a falta de elaboração teórica, contribuindo “para manter uma confusão entre os limites do processo analítico e os da supervisão...” (Zaltzman, 1986, p.56). Nem todos os analistas trabalham com a supervisão e os que têm prática pouco escrevem a respeito e ainda existem poucos textos que se referem a este tema.

A supervisão nada mais é do que um espaço de entrecruzamento de vários referenciais, lugar para falar da prática cotidiana, lugar da escuta da dor. Super-Visão é uma palavra que quando partida, nos faz pensar em Super-Herói, Super-Homem ou alguém com visão super de raio X, segundo Borges (1989).

Se pensarmos por estes significantes, poderemos nos imaginar pertencentes a um reino que possui algo encantado que nos remete às histórias da infância e nos leva a viver uma aventura, num reino fechado e misterioso, como se dá na relação dual entre supervisor e supervisionando.

“Quem fala a quem?”, define o eixo em torno do qual a supervisão se dispõe, segundo Mannoni (1986). O supervisor se expõe ao falar do seu trajeto com o texto freudiano, com a psicanálise e com a sua prática psicanalítica, transmitindo “algo do campo do não-sabido ao supervisionando” (Borges, 1989, p.26). Este supervisionando está num movimento de busca também pela transferência, quando “elege alguém entre os colegas psicanalistas, alguém que já está deslocado para o lugar de sabedor, de experiente” (Borges, 1989, p.26).

Geralmente quando se procura uma supervisão, já se tem um trajeto em torno do texto freudiano, e está ou já esteve em análise. Segundo Favreau, citado por Stein (1988, p.33), “a supervisão é uma demanda disfarçada de análise”, permitindo que

quem a recebe possa evoluir por sua conta, progredindo no seu processo analítico e ajudando no andamento do caso clínico privilegiado por essa escolha.

A escolha do supervisor obedece sempre a critérios de empatia, credibilidade, experiência e admiração. Numa carta de Freud a sua cunhada Mina Bernays de 07 de abril de 1893, ele demonstra o seu afeto por Fliess: “Ele é uma pessoa extremamente incomum, a personificação da boa índole...” As semelhanças entre os dois eram muitas, ambos médicos, judeus e empenhados em pesquisas, ambos visitaram Paris e trabalharam com Charcot. Além do que, Freud encontrava em Fliess acolhida para as suas pesquisas mais recentes sobre experiências sexuais primitivas, quando estas não eram bem recebidas por seus colegas médicos.

A supervisão já existia antes mesmo de ser institucionalizada, fato comprovado pela correspondência de Freud a Fliess, pela discussão dos casos clínicos às quartas-feiras em seu consultório e no caso clínico do Pequeno Hans, dentro do mais completo sigilo. No Congresso de Salzburg em 27 de abril de 1908, Freud pediu desculpas por não fazer uma exposição completa do caso clínico, por discricção, pois o paciente era muito conhecido em Viena. Em outro momento, numa carta à Marie Bonaparte em 10 de janeiro de 1937, enfatiza: “naturalmente ficarei satisfeito se você não ler as cartas...” Diferentemente das descobertas em torno da teoria psicanalítica, Freud mantinha uma atitude sigilosa ao falar dos seus casos clínicos, priorizando assim um dos aspectos relevantes da técnica, qual seja, o sigilo.

A prática da supervisão, se flexibilizou, se compararmos aos primórdios da psicanálise, pois sabe-se hoje que não mais é necessário uma detalhada e tão fiel narrativa das sessões, mas sim, da descoberta da escuta do psicanalista ao seu paciente, “que procede de fato da própria análise de quem a pratica” (Stein, 1986, p.22)

Quando o analista está no lugar de supervisor, o que o atrai a fazer este trabalho?, questiona Borges (1989). Após

Demanda de supervisão – o analista e a instituição

levantar algumas hipóteses, como a dele aproximar-se do psicanalista didata por possui algo mais, como uma referência de “personificação do saber” (Borges, 1989, p.25), ou a de sentir-se autorizado como analista, ou a de ter ganhos financeiros maiores. A vertente com a qual se deve trabalhar é diferente das citadas acima, é a vertente da queixa mais freqüente, é a chamada solidão do psicanalista, a solidão da prática psicanalítica e de um não saber lidar com esta solidão. Para Freud, a comunicação vivenciada pelas correspondências era uma das formas de lidar com esta prática, inerente à condição de ser analista.

Para Borges, esta solidão se aproxima mais de uma inquietação, provocada pela própria singularidade da prática psicanalítica, “uma prática que vai se constituindo pouco a pouco num movimento constante de idas e vindas, onde o psicanalista é tomado, surpreendido e atravessado pelas apresentações do inconsciente” (1989, p.25)

Dos problemas levantados pela prática da supervisão, entre outros, está a dúvida se esta seria uma condição necessária à transmissão da psicanálise. Vilma Kovacs, discípula de Ferenczi (1936), não foi muito bem compreendida ao sustentar que “o reconhecimento dos afetos na contratransferência, é o essencial do ponto de vista da formação” (em Stein, 1986, p.23).

Este reconhecimento dos afetos implicados na escuta ao paciente, pode se dar na própria análise, ou no momento da supervisão, fato este que provoca várias opiniões sobre o que pode ser falado de seus pacientes, quando se está no divã. Para alguns, “falar de seus pacientes é uma resistência”, concepção discordada por Conrad Stein, ao dizer “que se podem manter as resistências falando de pacientes”, porque o desdobramento disso é acreditar “que o sujeito da análise é o do enunciado, qualquer que seja a pessoa...”, ou seja, “quer eu diga ‘eu’, ou diga ‘ele ou ela’, a análise é sempre daquele que diz” (Stein, 1986, p.27).

Jean-Paul Valabrega elaborou uma teoria da supervisão, denominada de “análise quarta”, onde confere à supervisão “um alcance verdadeiramente analítico” (citado por Stein, 1986, p.29). As outras formas de nomear a supervisão (controle, análise de controle, tratamento supervisionado ou escuta assistida), são criticadas por ele, por causa de suas implicações não analíticas, quando diz que “são de uma relação hierárquica, autoritária, normativa, paternalista, por vezes sedutora e por vezes repressiva...” (1986, p.42), ainda utilizadas nas práticas formadoras de algumas instituições psicanalíticas.

Ele vai teorizar a situação analítica, bem como a formação necessária para seu exercício, em termos ordinais, porque ela é fundamentada sob o conceito de terceiro, ou tríade. A enumeração dá “o número 4”, ou seja: um paciente (1) e seu analista (2); o analista ou referente principal deste analista (3); o supervisor (4). É uma forma simbólica, cuja numeração não constitui uma seqüência finita e para definir o terceiro é preciso situá-lo bem entre o 2 e o 4. “É evidente que jamais imaginaríamos reunir nossos quatro protagonistas em um só lugar, em carne e osso... como também não reunimos – em análise – os três autores principais do conflito, do drama e do mito edípiano”, segundo Valabrega (1986, p.48-49).

A demanda de supervisão deve seguir de forma livre e não institucional, já que ela constitui a prática de base da formação contínua do psicanalista. Quando é indicada pela instituição, pode parecer uma autorização para a prática da Psicanálise e o paciente escolhido, ser utilizado para fins pessoais. Segundo Rabain, “a passagem do divã para a poltrona não se dá sem angústia, e tanto a instituição como o supervisor são solicitados para negociar esta transgressão” (1986, p. 91). Cabe à instituição ser o suporte para esta passagem, não obrigando, mas abrigoando esta troca de lugares.

Ser escolhido como supervisor é ser deslocado para o lugar de sabedor, é estar num lugar de referência, sem perder de

vista que a sua ocupação é uma impossibilidade e só num tempo depois, é que o supervisionando, descobrirá que foi tudo uma suposta posição. Resta saber se ele vai poder elaborar a sua capacidade criativa, permanecendo analista do seu paciente – antes de tudo.

Diante da diversidade de referenciais teóricos a respeito da supervisão, o eixo comum entre os psicanalistas, é o que afirma Conrad Stein sobre o ser analista, ao dizer "que é a análise por excelência o que assegura a transmissão da psicanálise, e que a experiência não se transmite, só a prática assegura esta experiência" (1986, p.23).

Referências bibliográficas

Borges, Fábio. (1989). Aventuras de um Escuta-Dor no Reino da Super-Visão. *Estudos de psicanálise – A Prática Psicanalítica*, nº 12, 25-30. Belo Horizonte: SEGRAC – Soc. Editora e Gráfica.

Freud, S. (1974). *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 10. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1909).

Freud, S. (1974). *A História do Movimento Psicanalítico. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 14. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1914).

Freud, S. (1986). *A Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess. (1887-1904)*. Rio de Janeiro: Imago.

Mannoni, Maud. (1986). Risco e Possibilidade da Supervisão. (1992). Org. Em *A Supervisão na Psicanálise*. (p. 37-38). São Paulo: Escuta.

Rabain, J. F. (1986). A Caça ao Snark, do Supervisionado. (1992). Org. Em *A Supervisão na Psicanálise*. (p. 91). São Paulo: Escuta.

Stein, C. (1986). Em que Lugar, em que Enquadre, para que fins falar de seus pacientes? (1992). Org. Em *A Supervisão na Psicanálise*. (p. 23-27). São Paulo: Escuta.

Stein, C. (1988). Sobre a Prática das Supervisões. Org. Em *O Psicanalista e o seu Ofício*. (p. 33). São Paulo: Escuta.

Valabrega, J. P. (1986). A Análise Quarta. (1992). Org. Em *A Supervisão na Psicanálise*. (p. 42-49). São Paulo: Escuta.

Zaltzman, N. (1986). "Demanda de Supervisão" e Resistência à Análise. (1992). Org. Em *A Supervisão na Psicanálise*. (p. 56). São Paulo: Escuta.